

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.501.736 - SC (2019/0134624-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : N C DE S C  
**ADVOGADOS** : THIAGO DE OLIVEIRA VARGAS - SC024017  
ANA PAULA PICCOLI DE ALMEIDA CAMPANHARO E OUTRO(S)  
- SC029009  
**AGRAVADO** : O F DE S  
**ADVOGADOS** : TELMO JOSÉ DOMINGUES - SC001177  
ALEX SANDRO SOMMARIVA - SC012016

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por N. C. DE S. .C contra decisão que não admitiu recurso especial, este manejado com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (e-STJ, fl. 191):

*"APELAÇÃO CÍVEL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ACOLHIMENTO DA IMPUGNAÇÃO. EXTINÇÃO DA DEMANDA. VERBA HONORÁRIA FIXADA EM R\$ 3.000,00. PLEITO DE MAJORAÇÃO. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 85, § 2º DO CPC/2015. CRITÉRIOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS EXPRESSOS. INCIDÊNCIA SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA, ATRIBUÍDO PELA AUTORA EM R\$ 3.250.000,00. REFORMA PARCIAL DA DECISÃO. RECURSO PROVIDO.*

*Em regra, a norma processual civil impõe que os honorários advocatícios de sucumbência sejam fixados em percentuais, entre 10% e 20%, sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido, ou do valor atualizado da causa. Somente nos casos em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico da parte, ou se muito baixo o valor atribuído à causa, será permitido o arbitramento da verba sucumbencial por meio de apreciação equitativa. Portanto, o fato da causa ser de baixa complexidade, o tempo de tramitação da demanda for exíguo e o local da prestação de serviço ser o mesmo do escritório do advogado do vencedor não são motivos para afastar a fixação dos honorários advocatícios em percentual, mas, somente, para aquilatar a sua proporção." (fl. 191)*

Nas razões do recurso especial, a parte ora agravante apontou, além da

divergência jurisprudencial, ofensa ao art. 85, § 8º, do Código de Processo Civil, aduzindo, em resumo, que *"muito embora seja cabível a condenação do sucumbente ao pagamento de honorários advocatícios em casos que tais - entendimento este capitaneado por este Superior Tribunal de Justiça e encampado pelo vigente Código de Processo Civil - de há muito se sabe que a fixação deverá ser feita por apreciação equitativa, observados os critérios listados, aí sim, nos incisos do §2º do art. 85 do Código de Processo Civil (...). O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, entretanto, aplicou os honorários com base no §2º do art. 85 do Código de Processo Civil (correspondente ao §3º do art. 20 do CPC/73) - mesmo tratando-se de acolhimento de impugnação ofertada ao cumprimento de sentença - e, em razão disso, violou, à todas as luzes, o §8º do mesmo artigo"* (fls. 204/205).

É o relatório. Passo a decidir.

Extraí-se dos autos que o magistrado de primeiro grau, acolhendo a impugnação, julgou extinta o cumprimento de sentença promovido pela aqui agravante, condenando esta ao pagamento de honorários advocatícios fixados em R\$ 3.000,00 (três mil reais), nos termos da r. sentença de fls. 139/142.

O eg. Tribunal de Justiça, por sua vez, deu provimento ao recurso de apelação interposto pela parte ora agravada e majorou o valor dos honorários para o equivalente a 10% (dez por cento) do valor atribuído ao cumprimento da sentença, nestes termos:

*"Pretendem os Recorrentes que, ao contrário do aludido na decisão, o arbitramento dos honorários advocatícios deve obedecer aos critérios do art. 85, § 2º, do CPC/2015, ou seja, entre 10% e 20% do valor da causa.*

*Procede a pretensão. No novo Código de Processo Civil, os honorários advocatícios de sucumbência serão fixados, em regra, entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% sobre o valor da condenação, o proveito econômico e/ou o valor atualizado da causa, salvo o disposto no § 8º do citado artigo, direcionado às causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo.*

*[...]*

*Feitas essas digressões, in casu, não seria aplicável o § 8º do art. 85 do CPC/2015, pois o valor da causa está claramente estimado pela Exequente/Apelada, ou seja, de R\$ 3.250.000,00, não se*

*enquadrando este aos critérios acima salientados. Aliás, a própria Apelada fez requerimento neste sentido na peça exordial (fl. 6)...*  
[...]

*Destarte, pelos critérios qualitativos descritos nos incisos I ao IV do § 2º do art. 85 do CPC/2015, como o grau de zelo do advogado; o lugar da prestação do serviço; a natureza e importância da ação; e o trabalho e tempo exigido pelo causídico, ora Apelante; adequada a majoração dos honorários advocatícios de sucumbência para 10% sobre o valor atualizado da causa, atribuído pela Apelada." (fls. 195/197)*

Com efeito, a Segunda Seção desta Corte recentemente decidiu, ao julgar o REsp 1.746.072/PR, que o novo estatuto processual civil introduziu expressa "ordem de vocação" para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

Eis a ementa do referido julgado:

*"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.*

*1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.*

*2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).*

*3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das*

*hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.*

*4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art.*

*85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).*

*5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.*

*6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.*

*(REsp 1746072/PR, Rel. p/ Acórdão **Ministro RAUL ARAÚJO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019)*

Primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10 e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10 e 20%, das seguintes bases de cálculo: (a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); terceiro, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

Dessa forma, a expressa redação legal impõe concluir que o § 2º do art. 85 do CPC de 2015 veicula a regra geral e obrigatória de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de 10% a 20% sobre a objetiva e concreta

# *Superior Tribunal de Justiça*

base de cálculo que discrimina, relegando ao § 8º do art. 85 a instituição de regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação equitativa.

A par dessas considerações, constata-se que as conclusões exaradas pela instância de origem está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual a pretensão recursal encontra óbice no enunciado sumular n. 83/STJ, que dispõe: "*Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida*".

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator